

O futuro do Brasil e a nova fase espacial

José Monserrat Filho

O diretor-geral do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), em São José dos Campos, SP, Márcio Barbosa, reuniu diretores e chefes de departamentos para anunciar a possível transferência do órgão para o Ministério da Aeronáutica. A hipótese não se harmoniza com a decisão do governo Collor de manter o INPE vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, comandada pelo físico José Goldemberg, ex-reitor da Universidade de São Paulo e presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Indagado a respeito, Goldemberg disse não ter fundamento a suposta ou pretendida mudança na atual situação do INPE e citou o texto da medida sobre a estrutura da sua secretaria, publicada no Diário Oficial, com todos os órgãos que a compõem. Goldemberg está empenhado em atrair para si o INPI (Instituto de Propriedade Industrial) e o CNEN (Conselho Nacional de Energia Nuclear), indispensáveis para uma política de C&T.

Comenta-se no INPE que o anúncio de Márcio Barbosa faria parte do esforço político por ele empreendido para negociar sua permanência na direção do Instituto ou conseguir a indicação de seu assessor Gilvan Meira Filho. Fala-se, também, que setores da própria Aeronáutica estariam trabalhando neste sentido, tendo em vista assegurar a continuidade do atual entrosamento entre os programas espaciais da área civil (INPE) e da área militar. Márcio seria peça importante deste enlace.

As ligações entre o INPE e a Aeronáutica já são vistas, internacionalmente, como indicativo da militarização do programa espacial brasileiro. A eventual absorção do INPE pela Aeronáutica viria confirmar estas acusações, ainda sem prova definitiva. Tal confirmação seria profundamente danosa para a cooperação internacional, indispensável ao êxito das nossas atividades espaciais.

O INPE, automaticamente, perderia valiosos contatos e parceiros no mundo e deixaria de ser membro da Federação Internacional de Astronáutica, que só admite entidades e projetos de caráter civil.

Aumentariam consideravelmente as já enormes dificuldades do Brasil para aquisição de tecnologia, componentes e materiais necessários à rápida concretização da MECB - Missão Espacial Completa Brasileira, que compreende o lançamento de quatro satélites próprios, por foguete próprio, e desde base própria de lançamento, em Alcântara, Maranhão. A MECB já está atrasada. O primeiro satélite da série, que deveria ter sido lançado no ano passado, talvez suba só em 1995. Os EUA não apenas se negam a nos facilitar o acesso às sofisticadas técnicas espaciais, como pressionam a França e outros países para fazerem o mesmo. Eles alegam que nosso projeto tem sério envolvimento militar.

O aumento do bloqueio e a queda da cooperação internacional seriam desastrosos à tarefa de capacitar o país na ciência e na tecnologia espaciais, inclusive no desenvolvimento de foguetes para lançamento de satélites e outros objetos espaciais. Esta capacitação é um direito de que o Brasil não pode abrir mão, sob pena de comprometer seu avanço em áreas de ponta do mundo moderno e o atendimento de suas necessidades essenciais como país de riquezas e dimensões continentais.

A modernização e a intensificação das atividades espaciais no Brasil dependem de amplo e ambicioso plano de cooperação internacional, capaz de enfrentar e superar as falsas barreiras estratégicas e a quarentena tecnológica imposta hoje pelas potências que não desejam ver novos competidores no mercado mundial de satélites e veículos lançadores.

Este objetivo deve ser prioritário e como tal requer a criação de uma agência espacial civil, ágil e competente, que recolha e desenvolva o melhor da experiência acumulada pelo INPE e pela Aeronáutica. Assim pensa a maior parte dos pesquisadores espaciais brasileiros, conformando posição altamente respeitável e renovadora, que o governo deveria examinar com máxima atenção.

José Monserrat Filho, jornalista e jurista, é diretor da revista "Ciência Hoje", da SBPC.